

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu do Estado do Rio de Janeiro

NOVA IGUAÇU-RJ

Professo II (Sem Especialidade)

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	11
■ SEMÂNTICA	13
DENOTAÇÃO.....	13
CONOTAÇÃO	13
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	13
■ COESÃO E COERÊNCIA	15
■ CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	19
■ ESTILÍSTICA	23
■ ALFABETIZAÇÃO E LÍNGUA PORTUGUESA: CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA	26
ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO	27
■ ASPECTOS LINGUÍSTICOS E PSICOLINGUÍSTICOS DA ALFABETIZAÇÃO	28
■ ASPECTOS SOCIOLINGUÍSTICOS DA ALFABETIZAÇÃO: USOS E FUNÇÕES DA ESCRITA E DA LEITURA	29
■ ORALIDADE E ESCRITA	29
■ NORMA PADRÃO E LINGUAGEM DO ALUNO	31
■ ASPECTOS METODOLÓGICOS ENVOLVIDOS NA ALFABETIZAÇÃO	32
■ LEITURA E LITERATURA INFANTIL: RELAÇÃO LEITOR/TEXTO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO NA LEITURA	35
■ AValiação DOS PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO DA LEITURA E DE ESCRITAS	36
RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO.....	51
■ PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO	51
■ LÓGICA ARGUMENTATIVA	52
■ LÓGICA QUANTITATIVA	53
■ LÓGICA DEDUTIVA	54
■ LÓGICA MATEMÁTICA QUALITATIVA	54

■ SEQUÊNCIAS LÓGICAS ENVOLVENDO NÚMEROS, LETRAS E FIGURAS	57
PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	58
PROGRESSÃO GEOMÉTRICA.....	60
■ REGRA DE TRÊS SIMPLES E COMPOSTAS.....	62
■ RAZÕES ESPECIAIS	66
■ ANÁLISE COMBINATÓRIA	66
■ PROBABILIDADE	69
■ CONJUNTOS.....	72
AS RELAÇÕES DE PERTINÊNCIA, INCLUSÃO E IGUALDADE.....	72
OPERAÇÕES ENTRE CONJUNTOS, UNIÃO, INTERSEÇÃO E DIFERENÇA	73
■ GEOMETRIA PLANA	75
■ TRIGONOMETRIA.....	79
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS.....	92
■ EQUAÇÕES DE 1º E 2º GRAU.....	95
■ INEQUAÇÕES DE 1º E 2º GRAU.....	96
■ FUNÇÕES DE 1º E 2º GRAU.....	98
■ GEOMETRIA ANALÍTICA E ESPACIAL.....	102
■ MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES.....	111
■ POLINÔMIOS	121
NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	127
■ CONCEITOS GERAIS DE EQUIPAMENTOS E OPERACIONALIZAÇÃO: CONHECIMENTOS BÁSICOS DE MICROCOMPUTADORES PC-HARDWARE E MS-DOS.....	127
■ NOÇÕES DE SISTEMAS OPERACIONAIS.....	137
NOÇÕES DE SISTEMAS DE WINDOWS.....	137
■ NOÇÕES DO PROCESSADOR DE TEXTO MS-WORD PARA WINDOWS	151
■ NOÇÕES DA PLANILHA DE CÁLCULO MS-EXCEL.....	163
■ NOÇÕES BÁSICAS DE BANCO DE DADOS	180
■ COMUNICAÇÃO DE DADOS.....	203

■ CONCEITOS BÁSICOS DE INTERNET	205
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	217
■ LEI MUNICIPAL Nº 2.378, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992	217
■ LEI MUNICIPAL Nº 3.526, DE 19 DE SETEMBRO DE 2003.....	237
CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	243
■ FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: CONCEITOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS, SEUS FINS E PAPEL NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA	243
■ PRINCIPAIS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	244
■ ASPECTOS LEGAIS E POLÍTICOS DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	249
■ EDUCAÇÃO, TRABALHO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	256
■ (ESPAÇOS DE DIFERENÇAS, CONTRADIÇÕES E CONFLITOS) PARA O EXERCÍCIO E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA, DIFUSÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	257
■ ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DIDÁTICO	259
PLANEJAMENTO	259
ESTRATÉGIAS.....	259
METODOLOGIAS E AVALIAÇÃO	260
■ AVALIAÇÃO COMO PROCESSO CONTÍNUO, INVESTIGATIVO E INCLUSIVO	260
■ A DIDÁTICA COMO FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO DO FAZER DOCENTE.....	262
■ CURRÍCULO E CULTURA.....	263
■ CONTEÚDOS CURRICULARES E APRENDIZAGEM	265
■ PROJETOS DE TRABALHO.....	267
■ INTERDISCIPLINARIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO	268
■ MULTICULTURALISMO	270
■ A ESCOLA E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP).....	270
■ O ESPAÇO DA SALA DE AULA COMO AMBIENTE INTERATIVO	272
■ A ATUAÇÃO DO PROFESSOR MEDIADOR E A ATUAÇÃO DO ALUNO COMO SUJEITO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	276

■ PLANEJAMENTO E GESTÃO EDUCACIONAL	278
■ GESTÃO DA APRENDIZAGEM	280
■ PROFESSOR: FORMAÇÃO E PROFISSÃO	281
■ A PESQUISA NA PRÁTICA DOCENTE.....	283
■ A EDUCAÇÃO EM SUA DIMENSÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA: FILOSOFIAS TRADICIONAIS DA EDUCAÇÃO E TEORIAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS.....	284
■ AS CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM-ALUNO-ENSINO-PROFESSOR NAS ABORDAGENS TEÓRICAS	294
■ PRINCIPAIS TEORIAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO: AS BASES EMPÍRICAS, METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS DAS DIVERSAS TEORIAS DE APRENDIZAGEM.....	296
■ CONTRIBUIÇÕES DE PIAGET, VYGOTSKY E WALLON PARA A PSICOLOGIA E A PEDAGOGIA	298
■ PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS HISTÓRICOS E BIOPSIKOSSOCIAIS	300
■ TEMAS CONTEMPORÂNEOS.....	303
BULLYING	303
O PAPEL DA ESCOLA.....	303
A ESCOLHA DA PROFISSÃO	305
TRANSTORNOS ALIMENTARES NA ADOLESCÊNCIA.....	306
FAMÍLIA	306
ESCOLHAS SEXUAIS	306
A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS, DE GÊNERO, ÉTNICAS E SOCIOCULTURAIS.....	306
PROFESSOR II – SEM ESPECIALIDADE.....	313
■ CURRÍCULO BÁSICO COMUM (CBC): CICLO DA ALFABETIZAÇÃO E CICLO COMPLEMENTAR.....	313
■ PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN).....	314
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).....	315
■ CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA: CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E EIXOS NORTEADORES.....	318
■ CONHECIMENTOS DA PRÁTICA DE ENSINO	320
PROCESSO E CONTEÚDO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	320

■ ATIVIDADES, CONHECIMENTO, AVALIAÇÃO E COTIDIANO ESCOLAR E PROJETOS DE TRABALHO.....	321
ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO.....	322
■ INTERDISCIPLINARIDADE.....	324
■ TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS	324
■ ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	329
■ INDICADORES PARA A AÇÃO PEDAGÓGICA EM DIFERENTES CONTEXTOS EDUCATIVOS	330
■ CURRÍCULO E CULTURA: ELEMENTOS DA CULTURA ESCOLAR (SABER ESCOLAR, MÉTODO DIDÁTICO, FUNDAMENTO DAS RELAÇÕES COLETIVAS E TRABALHO DOCENTE).....	331
■ DIREITO À EDUCAÇÃO: LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA.....	331
■ PROFISSÃO DOCENTE: CENTRALIDADE NA EDUCAÇÃO	331
■ INFÂNCIA E PRÁTICAS COTIDIANAS: CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA, SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA.....	334
■ SOCIALIZAÇÃO, INTERAÇÃO, MÚLTIPLAS LINGUAGENS E PRÁTICAS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO.....	349
■ CONCEPÇÕES DE LUDICIDADE: JOGO, BRINQUEDO, BRINCADEIRA, INTERAÇÕES E LINGUAGEM NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	351
■ DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA, AUDIÇÃO E LEITURA, MÉTODOS, TÉCNICAS, HABILIDADES E INSTRUMENTOS	361
■ LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL	362
■ AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM.....	364
■ RELAÇÕES ENTRE ESCRITA E ORALIDADE.....	366
■ A CRIANÇA E A SOCIEDADE LETRADA.....	368
■ FERREIRO E TEBEROSKY: PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA E SUAS HIPÓTESES, CONSTRUÇÃO DA ESCRITA.....	369
■ EDUCAÇÃO MATEMÁTICA.....	371
■ ETNOMATEMÁTICA.....	372
■ ÉTICA PROFISSIONAL.....	372

PROFESSOR II – SEM ESPECIALIDADE

CURRÍCULO BÁSICO COMUM (CBC): CICLO DA ALFABETIZAÇÃO E CICLO COMPLEMENTAR

O Currículo Básico Comum (CBC) é um documento normativo que define as competências e habilidades essenciais que devem ser desenvolvidas pelos alunos da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. O CBC foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2018 e está em vigor desde 2020.

O CBC organiza o ensino da Educação Básica em dois ciclos:

- Ciclo da alfabetização: abrange os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 3º ano).
- Ciclo complementar: abrange os anos finais do Ensino Fundamental (4º ao 9º ano) e o Ensino Médio.

CICLO DA ALFABETIZAÇÃO

O ciclo da alfabetização tem como objetivo o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a alfabetização, incluindo:

- Conhecimento do sistema alfabético: os alunos devem ser capazes de identificar os sons das letras e sílabas, compreender as relações entre letras e sons, e aplicar essas relações para ler e escrever palavras;
- Compreensão da leitura: compreender o significado dos textos que leem, identificando as ideias principais, os detalhes importantes e a estrutura do texto;
- Produção de escrita: escrever textos claros, coesos e coerentes, utilizando adequadamente as regras da língua.

Para alcançar esses objetivos, o ciclo da alfabetização deve ser organizado de forma contextualizada, lúdica e significativa, a partir de práticas pedagógicas que promovam a interação entre os alunos, o professor e o conhecimento.

Exemplos Práticos

A seguir, são apresentados alguns exemplos práticos de como as competências e habilidades do ciclo da alfabetização podem ser desenvolvidas:

- Conhecimento do sistema alfabético: o professor pode apresentar aos alunos jogos e brincadeiras que explorem os sons das letras e sílabas;

- Compreensão da leitura: pode pedir aos alunos que discutam os textos que eles leem, identificando as ideias principais e os detalhes importantes;
- Produção de escrita: pedir aos alunos que escrevam textos sobre temas que eles conheçam.

CICLO COMPLEMENTAR

O ciclo complementar tem como objetivo o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a continuidade da formação do aluno, incluindo:

- Compreensão e uso da linguagem oral: os alunos devem ser capazes de compreender e expressar-se de forma clara, objetiva e coerente em diferentes situações de comunicação;
- Compreensão e uso da linguagem escrita: devem ser capazes de ler e escrever de forma fluída, com compreensão e autonomia;
- Compreensão e uso da matemática: resolver problemas matemáticos de forma criativa e inovadora;
- Compreensão e uso das ciências da natureza: compreender os fenômenos naturais e tecnológicos;
- Compreensão e uso das ciências humanas: os alunos devem ser capazes de compreender a sociedade e a cultura.

Para alcançar esses objetivos, o ciclo complementar deve ser organizado de forma a promover a formação integral do aluno, a partir de práticas pedagógicas que estimulem a investigação, a reflexão e a autonomia.

Exemplos Práticos

- Compreensão e uso da linguagem oral: o professor pode promover debates e discussões sobre temas atuais;
- Compreensão e uso da linguagem escrita: pedir aos alunos que escrevam textos dissertativos-argumentativos sobre temas que eles estudam;
- Compreensão e uso da matemática: promover atividades que envolvam a resolução de problemas matemáticos de forma criativa;
- Compreensão e uso das ciências da natureza: promover experimentos e atividades que ajudem os alunos a compreender os fenômenos naturais;
- Compreensão e uso das ciências humanas: atividades que ajudem os alunos a compreender a sociedade e a cultura.

CONCLUSÃO

O CBC é um documento importante que orienta a organização do ensino da Educação Básica. Os ciclos da alfabetização e complementar são organizados de forma a promover o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a formação integral do aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

CUNHA, M. A. Aquisição da linguagem escrita: uma abordagem psicolinguística. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KATO, M. A. A pré-alfabetização: como se apropriar do sistema de escrita alfabético. São Paulo: Martins.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) constituem o resultado de meses de trabalho e de discussão realizados por especialistas e educadores de todo o país. Trata-se de um projeto governamental de reforma curricular, que foi produzido para auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos. Têm como finalidade o estímulo e apoio à reflexão sobre a prática diária, ao planejamento de aulas e, sobretudo, ao desenvolvimento do currículo da escola, contribuindo, ainda, para a atualização profissional.

Os PCNEM estão organizados em quatro documentos, sendo o primeiro direcionado às Bases Legais e os outros três direcionados às áreas de conhecimento. Vejamos:

- Bases Legais;
- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;
- Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias;
- Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Dica

Você deve aprofundar os estudos nas especificidades da sua área de conhecimento.

BASES LEGAIS

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, o documento cumpre o duplo papel de difundir os princípios da **reforma curricular** e **orientar o professor** na busca de novas abordagens e metodologias. Sua construção pode ser entendida como um processo contínuo, conforme se nota pela leitura da seguinte afirmação:

Não só desejamos que influenciem positivamente a prática do professor, como esperamos poder, com base nessa prática e no processo de aprendizagem dos alunos, revê-los e aperfeiçoá-los (BRASIL, 2000, p. 4).

O Novo Ensino Médio

Os princípios mais gerais que orientam a reformulação curricular do ensino médio estão expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 1996). Nesta direção, a formação do aluno deve ter como alvo principal a **aquisição de conhecimentos básicos**, a **preparação científica** e a **capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação**.

Propõe-se, no nível do ensino médio, a formação geral, em oposição à formação específica, sendo:

- O desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las;
- A capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização.

De acordo com o documento, pensar um novo currículo para o ensino médio coloca em evidência estes dois fatores: as mudanças estruturais que decorrem da chamada “revolução do conhecimento”, alterando o modo de organização do trabalho e as relações sociais e a expansão crescente da rede pública, que deverá atender a padrões de qualidade que se coadunem com as exigências desta sociedade.

Importante: o Ministério da Educação foi o responsável por promover um projeto de reforma do ensino médio, priorizando as ações na área da educação com base em uma política de desenvolvimento social. Isso foi necessário, já que a revolução informática gerou mudanças radicais na área do conhecimento, estimulada pela incorporação das novas tecnologias.

Elaboração da Reforma

A formulação de uma nova concepção do ensino médio contou com a participação de professores e técnicos de diferentes níveis de ensino. Assim, a equipe técnica da Secretaria de Educação Média e Tecnológica e professores convidados de várias universidades do país propuseram a reorganização **curricular em áreas de conhecimento** com o objetivo de facilitar o desenvolvimento dos conteúdos, em uma perspectiva de **interdisciplinaridade** e **contextualização** (BRASIL, 2000, p. 7):

Cumprir destacar que, com a reforma do ensino médio, passou-se a priorizar a formação de especialistas capazes de dominar a utilização de maquinarias ou de dirigir processos de produção.

O Ensino Médio como Etapa Final da Educação Básica

Como etapa final da educação básica, o ensino médio deve manter caráter geral, afinada com a contemporaneidade, com a oferta, de forma articulada, uma educação participante do mundo do trabalho com funções equivalentes para todos os educandos (BRASIL, 2000, p. 9). Vejamos o quadro a seguir:

FUNÇÕES EQUIVALENTES PARA TODOS OS EDUCANDOS DO ENSINO MÉDIO

A formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de **seu projeto individual** ao **projeto da sociedade em que se situa**

O **aprimoramento do educando** como pessoa humana, incluindo a **formação ética** e o **desenvolvimento da autonomia intelectual** e do **pensamento crítico**

A preparação e orientação básica para a **sua integração ao mundo do trabalho**, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo

O **desenvolvimento das competências** para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos

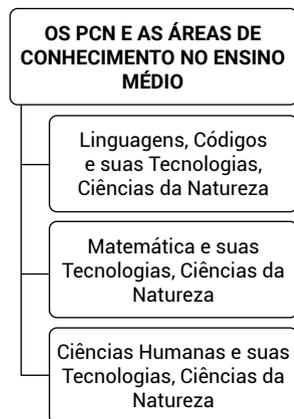
Fonte: Adaptado de Brasil (2000, p. 9)

Desta forma, o documento ainda aponta que o ensino médio passa a ter a característica da terminalidade, o que significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam “continuar aprendendo”, tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos “fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos”, conforme consta nos incisos I a IV, art. 35, da LDB — Lei nº 9.394, de 1996.

No *caput* do art. 35, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicita que o ensino médio é a “etapa final da educação básica”.

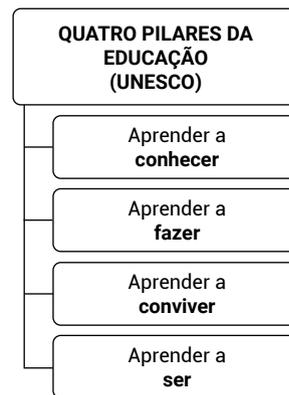
A Organização do Ensino Médio

A proposta da reforma curricular no ensino médio estabelece a divisão do conhecimento escolar em áreas, uma vez que entende os conhecimentos cada vez mais imbricados aos conhecedores, seja no campo técnico-científico, seja no âmbito do cotidiano da vida escolar (BRASIL, 2000).



Conforme se pode ver pelo esquema, a organização descrita em três áreas é: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. As áreas reúnem conhecimentos que compartilham objetos de estudo.

Com a reforma no ensino médio, o currículo passou a contemplar a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, integrando homens e mulheres no mundo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva. Com isso, incorporam-se como diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular as quatro premissas estruturais apontados pela UNESCO como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea (BRASIL, 2000, p. 15-16):



- Aprender a **conhecer**: apropriando-se dos próprios instrumentos de conhecimento e colocando-os a serviço do bem comum.

Aprender a conhecer garante o aprender a aprender e constitui o passaporte para a educação permanente, na medida em que fornece as bases para continuar aprendendo ao longo da vida (BRASIL, 2000, p. 15).

- Aprender a **fazer**: atuando produtivamente para ingressar e permanecer no novo mundo do trabalho. Deve-se privilegiar a aplicação da teoria na prática e enriquecer a vivência da ciência na tecnologia e destas no social, o que faz com que surja uma significação especial no desenvolvimento da sociedade contemporânea;
- Aprender a **conviver**: viver juntos, desenvolvendo o conhecimento do outro e a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis por meio do diálogo;
- Aprender a **ser**: preparar o indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo frente às diferentes circunstâncias da vida.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

De acordo com o Ministério da Educação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p. 7). Assim, fixa conteúdos mínimos para todas as etapas da Educação Básica, de maneira a assegurar o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

O propósito da BNCC é direcionar a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e **inclusiva**. No próprio documento, consta que a Base começou a ser discutida no ano de 2015 e foi debatida ao longo de diversos governos e gestões, recebendo contribuições em consultas e audiências públicas. A sociedade participou com mais de 12 milhões de contribuições na **1ª versão**, sendo que metade delas veio de 45 mil escolas. No ano de 2016, a **2ª versão** viajou por todos os estados. Através de seminários

estaduais organizados pela Consed e Undime, cerca de 9 mil pessoas, entre educadores e alunos, debateram o documento em detalhes. Em abril do ano de 2017, a **3ª versão** foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) que ouviu a opinião do Brasil em uma nova rodada de seminários regionais. Por fim, em dezembro do ano 2017, a BNCC foi homologada pelo MEC e passou a valer em todo o Brasil.

IMPORTANTE!

O capítulo introdutório da BNCC foi elaborado a partir de diversas referências normativas. Por isso, além da BNCC, é importante que você estude os seguintes documentos: Constituição Federal; Lei de Diretrizes e Bases (LDB); Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); Plano Nacional de Educação (PNE).

A BNCC preconiza que a educação deve ser integral a partir da compreensão das singularidades e diversidades dos sujeitos. O objetivo é promover uma educação voltada para o desenvolvimento pleno do aluno em suas diferentes dimensões formativas.

Isso quer dizer que

[...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. (BNCC, 2018, p. 14)

Deste modo, a proposta está pautada em uma visão plural e multidimensional, levando o anseio pela formação integral para perto das escolas brasileiras, além de considerar que a Educação Básica deve estimular o desenvolvimento do estudante na sua totalidade e potencialidade. É importante observar que, desde o seu texto introdutório, o documento apresenta a Educação Integral como proposta formativa de todos os segmentos escolares.

Assim, nas premissas do documento, o desenvolvimento integral do estudante deve alicerçar-se no trabalho com as dez Competências Gerais para a Educação Básica.

Cumprir destacar que a educação integral nada tem a ver com a carga horária que o aluno vai cumprir na instituição de ensino. Educação Integral é diferente de Educação em Tempo Integral, ou seja, a educação integral diz respeito à necessidade de a escola desenvolver aspectos e capacidades que ultrapassam a dimensão acadêmica. A escola deve ampliar a capacidade do aluno em diversos âmbitos ou dimensões, sendo elas: dimensão intelectual; dimensão física; dimensão emocional; e dimensão social e cultural.

I | COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Base Nacional Comum Curricular conceitua **competência** como a

[...] mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p. 8)

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece, conforme o Caderno de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2013), que a “*educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza*”, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo a BNCC,

[...] as competências gerais da Educação Básica [...] inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB. (BRASIL, 2018, p. 8-9)

São competências gerais da Educação Básica (BRASIL, 2018, p. 9-10):

- **Conhecimento:** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, bem como colaborar para a construção de uma sociedade justa e inclusiva;
- **Pensamento científico, crítico e criativo:** Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências para investigar causas, elaborar hipóteses, formular e resolver problemas e encontrar soluções, inclusive relacionadas às tecnologias;
- **Empatia e cooperação:** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar, promovendo respeito ao outro e aos direitos humanos, valorizando a diversidade dos indivíduos e dos grupos sociais;
- **Repertório cultural:** Valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais para fruir e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;
- **Comunicação:** Utilizar diferentes linguagens para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias, sentimentos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;
- **Cultura digital:** Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética. Comunicar-se, acessar e produzir informações e conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria;
- **Trabalho e projeto de vida:** Valorizar e apropriar-se de conhecimentos e experiências para entender o mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade;
- **Argumentação:** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, com base em direitos humanos, consciência socioambiental, consumo responsável e ética;
- **Autoconhecimento e autocuidado:** Conhecer-se, compreender-se na diversidade humana e apreciar-se para cuidar da sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros com autocritica e capacidade para lidar com elas;
- **Responsabilidade e cidadania:** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação para tomar decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Atenção! Essas dez competências expostas na BNCC precisam entrar em seu cronograma de estudos.

I HABILIDADES

Os objetivos e as habilidades da BNCC são as aptidões desenvolvidas ao longo de cada etapa de ensino e que contribuem para o desenvolvimento das competências gerais e específicas da Base. Como exemplo, dispuseram-se as Habilidades no Ensino Fundamental.

As áreas e componentes, no Ensino Fundamental, são os seguintes:

- Linguagens (Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e Língua Inglesa — a partir do 6º ano);
- Matemática (Matemática);
- Ciências da Natureza (Ciências);
- Ciências Humanas (Geografia e História);
- Ensino Religioso (Ensino Religioso).

A partir do Ensino Fundamental, as competências gerais também se desdobram em **competências específicas** da área ou do componente. De acordo com a BNCC,

*Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de **habilidades**. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes **objetos de conhecimento** — aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos —, que, por sua vez, são organizados em **unidades temáticas**. (BRASIL, 2018, p. 28)*

Dessa forma, os **objetos de conhecimento** são os conteúdos, conceitos e processos organizados em diferentes **unidades temáticas** que possibilitam o trabalho multidisciplinar, e são aplicados a partir do desenvolvimento de um conjunto de **habilidades**.

- Exemplo do Código Alfanumérico (BNCC):

EF	67	EF	01
----	----	----	----

EF: O primeiro par de letras indica a **etapa** de Ensino Fundamental;

67: O primeiro par de números indica o bloco dos 6º e 7º anos;

EF: O segundo par de letras indica **componente** de Educação Física;

01: O último par de número indica a posição da habilidade na numeração sequencial do ano ou do bloco de anos.

Assim, durante o estudo e a prática da Educação Física neste período, é esperado que os estudantes desenvolvam a habilidade de “*Experimentar e fruir, na escola e fora dela, jogos eletrônicos diversos, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais e etários*” (BRASIL, 2018, p. 233).

Dica

Estude sua área de conhecimento com profundidade. Cada vez mais, os concursos estão cobrando as especificidades das Competências e Habilidades de cada área e componente.

I ESTRUTURA DA BNCC

A BNCC está estruturada de modo a explicitar as competências que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade, como expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes. A estrutura geral da BNCC compõe as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

Para um melhor entendimento, vejamos, a seguir, como a estrutura da Educação Básica passou a ser organizada a partir da BNCC:

- **Educação Básica — Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular**

ETAPAS		
Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Direitos de aprendizagem e desenvolvimento Campos de experiência	Áreas de conhecimento Competências específicas da área Componentes curriculares Competências específicas de componente	Áreas de conhecimento Competências específicas da área

ETAPAS						
0 a 1 ano e 6 meses	1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses	4 anos e 5 anos e 11 meses	Anos iniciais	Anos Finais		Língua Portuguesa Matemática
Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento			Unidades Temáticas	Objetivos de conhecimento	Habilidades	Habilidades

Fonte: BNCC (BRASIL, 2018, p. 24)

De acordo com o documento (BRASIL, 2018, p. 8), espera-se que a Base Nacional Comum Curricular:

- Ajude a **superar a fragmentação** das políticas educacionais, possibilitando a chamada formação básica comum;
- Enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) — todos com um objetivo comum de construir uma **sociedade justa, democrática e inclusiva através da Educação**;
- Seja balizadora da **qualidade** da educação, permitindo que toda e qualquer escola no território brasileiro tenha as diretrizes para uma educação que forme cidadãos qualificados para o mercado de trabalho e aptos a exercer a sua cidadania.

CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA: CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E EIXOS NORTEADORES

O desenvolvimento curricular está vinculado ao planejamento da ação didática e o Projeto Pedagógico. Nessa direção, o desenvolvimento curricular está situado no campo teórico e prático do conhecimento educativo e integra três dimensões principais: técnica, prática e crítica.

Quando fazemos o planejamento do ensino ou da ação didática, prevemos as ações e os procedimentos a serem desenvolvidos junto aos alunos, visando atingir os objetivos estabelecidos.

Quando essas práticas são citadas, logo perguntamos: “Por que planejar?” De acordo com Piletti (1997), essa prática *evita a improvisação, traz mais segurança, economiza tempo, energia e promove um trabalho mais eficiente para alcançar os objetivos definidos.*

Concepções de **planejamento** apoiadas na teoria de três autores:

- Libâneo (2013, p.131) afirma que:

[...] é um processo de sistematização e organização das ações do professor. É um instrumento da racionalização do trabalho pedagógico que articula a atividade escolar com os conteúdos do contexto social.

- Vasconcellos (2000, p. 79):

Antecipar mentalmente uma ação ou um conjunto de ações a ser realizadas e agir de acordo com o previsto. Planejar não é, pois, apenas algo que se faz antes de agir, mas é também agir em função daquilo que se pensa.

- Luckesi (2011, p.130): “É um processo que consiste em preparar um conjunto de decisões tendo em vista agir, posteriormente, para atingir determinados objetivos”.

Veja uma lista com elementos do planejamento:

- **Objetivos:** para quê e por quê?
- **Conteúdos:** o quê?
- **Procedimentos:** como?
- **Recursos:** de que preciso?
- **Tempo e Espaço da Educação:** quando e onde ensinar e aprender?
- **Avaliação:** deu certo? O que manter e o que modificar?

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola se configura como uma forma de planejamento, um instrumento de intervenção na prática educacional que se realiza na escola.

O PPP é um documento que todas as instituições educacionais têm compromisso de elaborar e conservar atualizado. Desse modo, deve possibilitar que os integrantes da escola tomem consciência de problemas e suas respectivas soluções possíveis, estabelecendo a responsabilidade de todos. O debate democrático presente nesse processo torna possível com que se produzam critérios coletivos no seu processo de elaboração, assimilando significados comuns aos diversos agentes educacionais e colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na escola.

As três palavras que constituem o nome do documento dizem muito sobre ele. Vejamos os conceitos propostos por VEIGA (1995, p. 13), que definem a nomenclatura de Projeto Político-Pedagógico (PPP):

PROJETO	POLÍTICO	PEDAGÓGICO
Proposta de ação a executar durante determinado período de tempo	Em compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade	Ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade

Ao integrar as três dimensões, o PPP fortalece sua função social. Assim, torna-se um marco de referência elaborado e definido pela e para a comunidade escolar, com o intuito de registrar, orientar, estabelecer ações, metas, estratégias e intenções da escola.

Na perspectiva de Vasconcellos (2006) o Projeto Político-Pedagógico (ou Projeto Educativo) é:

[...] o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (p.169).

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) NA LDB 9.394, DE 1996

Fundamento nos princípios democráticos presentes na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** de 1996, encontramos o aporte legal da escola na elaboração da sua proposta pedagógica.

Art. 12 Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua **proposta pedagógica**;
[...]

Art. 13 Os docentes incumbir-se-ão de:

I – **participar da elaboração** da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
[...]

Art. 14 Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – **participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola**;
[...]

IMPORTANTE!

Projeto Político-Pedagógico, **Proposta Curricular** e **Proposta Pedagógica** são documentos diferentes? Nos arts 12, e 13 da Lei de Diretrizes e Bases – 9394, de 1996, aparece Proposta Pedagógica e no art. 14, da mesma lei, como Proposta Curricular, não existindo diferença entre os termos.

ELEMENTOS ESTRUTURANTES

Para Vasconcellos (2006, p. 61) uma das finalidades do Projeto Político-Pedagógico (PPP) é “*ser elemento estruturante da identidade da instituição*”. Assim, o PPP é um referencial teórico da escola e constitui-se de três marcos:

MARCO SITUACIONAL	MARCO CONCEITUAL	MARCO OPERACIONAL
Trata da análise da realidade, diagnóstico da escola e suas especificidades	Explicita objetivamente e estabelece relações entre os fundamentos teóricos	Define linhas de ação e a reorganização do trabalho pedagógico escolar na perspectiva pedagógica administrativa, financeira e político-social

O PPP em suas várias dimensões de elaboração, toma sempre como ponto de partida o já instituído, aquilo que já foi historicamente construído, não para perpetuar ou para se afirmar fatalismos (“foi sempre assim, nada mudará”), mas para criar uma nova utopia, um novo instituinte (Gadotti 2000).

PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Conforme Veiga (1991, p. 82), os princípios do Projeto Político-Pedagógico são: igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade/autonomia e valorização do magistério. Esses possuem um caráter permanente e fundamentado nas ações pedagógicas.

Dica

Seria relevante a leitura do livro Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível, de Ilma Passos Veiga.

- **Igualdade:** a igualdade de oportunidades, mais do que a expansão quantitativa de ofertas, necessita da ampliação do atendimento com simultânea manutenção de qualidade. Isso quer dizer: acesso, permanência com sucesso escolar;
- **Liberdade:** está sempre associado à ideia de autonomia, a qual nos remete para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas. A liberdade deve ser considerada, também, como liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente;

- **Qualidade:** a escola tem obrigação de evitar de todas as maneiras possíveis a repetência e a evasão. Nessa linha precisa instituir a meta qualitativa do desempenho satisfatório de todos;
- **Gestão democrática:** a é um princípio fundamental para a elaboração do PPP, constituindo-se em um importante direcionamento, pois a partir dela a integralidade das ações da escola, sejam elas políticas ou pedagógicas, são definidas por toda a comunidade escolar;
- **Valorização do magistério:** a qualidade de educação está relacionada à formação inicial e continuada, condições de trabalho e remuneração dos profissionais do magistério. A formação continuada é indispensável para a discussão da organização da escola como um todo e de suas relações com a sociedade.

Para Veiga (1991, p.82), a importância desses princípios está na garantia de sua operacionalização nas estruturas escolares, ademais não o mesmo estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo pensado, e estar acontecendo na dinâmica interna da escola, na ação-reflexão-ação, no real, no concreto.

Importante! Cinco tópicos costumam cair com frequência quando o assunto é PPP: 1. Documento flexível; 2. Participação da coletividade em sua construção; 3. Autonomia pedagógica e participação de especialistas em sua formulação; e 5. Documento com caráter emancipador.

CONHECIMENTOS DA PRÁTICA DE ENSINO

PROCESSO E CONTEÚDO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O processo de ensino-aprendizagem é algo mais amplo do que apenas dominar conteúdo. Para que esse procedimento de ensinar e aprender aconteça, é importante que o desenvolvimento intelectual, físico e a apropriação de conhecimentos caminhem juntos. Por esse motivo, o aluno precisa ser orientado por meio de métodos, pesquisas e observações com objetivos definidos.

Como já pontuamos em outros tópicos, a obra “Didática”, do professor José Carlos Libâneo (2013) é um livro fundamental na formação e no aperfeiçoamento de professores de todos os níveis, além de uma principal referência para quem também pretende gabaritar a temática. O autor define aprendizagem como “um processo de assimilação de conhecimentos escolares por meio da atividade própria dos alunos” (LIBÂNEO, 2013, p.104).

Cumprir lembrar que a preocupação em como ensinar (quais métodos e técnicas utilizar) faz parte da didática, um dos principais ramos do estudo da Pedagogia.

Processos Didáticos Básicos: Ensino E Aprendizagem

Para Libâneo (2013), é importante garantir a unidade didática entre ensino e aprendizagem. Sendo assim, o autor propõe que analisemos cada parte deste processo separadamente. Vejamos:

● Processo — Ato Formativo

Ensino “tem como função principal assegurar o processo de transmissão e assimilação dos conteúdos do saber escolar, por meio desse processo, o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos” (LIBÂNEO, 2013, p. 80).

Aprendizagem “é a atividade do aluno de assimilação de conhecimentos e habilidades” (LIBÂNEO, 2013, p. 92).

Ainda, o autor distingue as aprendizagens em: casual ou organizada. Vejamos:

- **Aprendizagem casual:** É a aprendizagem espontânea que nasce naturalmente nas relações com o ambiente e as pessoas. Surge a partir da convivência social;
- **Aprendizagem organizada:** Aparece com uma finalidade específica. É aquela em que são determinados os conhecimentos, habilidades e, até mesmo, as regras sociais. Aqui, aparece a chamada aprendizagem escolar. (LIBÂNEO, 1990, p.82)

IMPORTANTE!

O autor enfatiza a **aprendizagem escolar** como uma atividade planejada, intencional e dirigida, não sendo, em hipótese alguma, casual ou espontânea. Com isso, pode-se pensar que o conhecimento se baseia em dados da realidade.

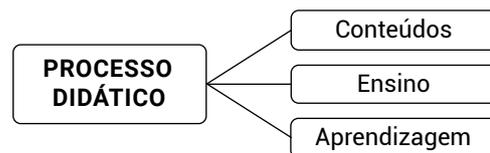
Diz-se que existem dois níveis de aprendizagem humana: o reflexo e o cognitivo. Há, pois, o estabelecimento de uma interligação nos momentos da assimilação ativa, implicando nas atividades mental e práticas.

O ensino possui três funções inseparáveis:

- Organizar os conteúdos para transmissão, oferecendo ao aluno relação subjetiva com os mesmos;
- Ajudar os alunos nas suas possibilidades de aprender;
- Dirigir e controlar a atividade do professor para os objetivos da aprendizagem.

● Estrutura, Componentes e Dinâmica do Processo de Ensino

A estrutura e os componentes explicam o processo didático como a ação recíproca entre três componentes:



O processo de ensino realizado é um sistema articulado, formado pelos objetivos, conteúdos, métodos e condições, sendo, como sempre, o docente o responsável por esta condução.

● Aprendizagem, Conforme Piletti

Pilletti (1998) destaca três tipos de aprendizagem:

MOTORA OU MOTRIZ	COGNITIVAS	AFETIVAS
Simple habilidades motoras, como falar, escrever, andar de bicicleta etc.	Informações, conhecimentos simples e complexos	Sentimentos e emoções

Para Pilette (1988), a aprendizagem ocorre em fases, sendo a observação de uma situação concreta, cuja primeira percepção é geral e difusa a primeira. A segunda é a da análise, que considera a diversidade dos elementos que integram o conjunto de circunstâncias em que o aprendiz está inserido. A terceira, a fase da síntese, é onde ocorrem as conclusões.

A relação do processo entre ensino e aprendizagem não pode ser mecânica. A relação deve ser mútua, na qual o professor deve direcionar a aprendizagem e os alunos devem colaborar com atividades, sendo recíproco o trabalho entre professores e alunos.

Lembre-se que o processo de ensino deve considerar as atitudes, conhecimentos, habilidades e capacidades cognitivas dos alunos.

Concepções De Aprendizagem

O inatismo, empirismo e o interacionismo foram posições dominantes e que influenciaram a prática escolar na formação dos conhecimentos.

Inatismo: Teoria da aprendizagem que se refere à hereditariedade do sujeito e afirma que suas características são determinadas desde o seu nascimento. O precursor do Inatismo foi o filósofo grego Platão (427-347 a.C.). O método, nessa concepção de aprendizagem, é a dialógica ou dialética. O aluno é ativo e possui, naturalmente, o conhecimento; o papel do professor é o de facilitador — alguém que questiona, para despertar as ideias;

- **Empirismo:** Para essa abordagem teórica, o conhecimento ocorre através da experiência, isto é, o indivíduo aprende como consequência dos estímulos externos. A mente seria um “quadro em branco” (tabula rasa). O aluno é visto como um ser ativo e que possui, naturalmente, o conhecimento e o papel do professor é o de facilitador. Seu precursor foi o filósofo inglês John Locke;
- **Interacionismo e Construtivismo:** Nesta abordagem, o aluno possui papel ativo. Há relação recíproca entre os fatores internos e os externos, ou seja, o sujeito aprende por meio da interação com o meio (a construção da inteligência dá-se a partir da interação do sujeito com o objeto). Essa interação provoca alterações significativas no sujeito e, ao mesmo tempo, transforma o meio e o conhecimento.

ATIVIDADES, CONHECIMENTO, AVALIAÇÃO E COTIDIANO ESCOLAR E PROJETOS DE TRABALHO

O processo de ensino-aprendizagem é algo mais amplo do que apenas dominar conteúdo. Para que esse procedimento de ensinar e aprender aconteça, é

importante que o desenvolvimento intelectual, físico e a apropriação de conhecimentos caminhem juntos. Por esse motivo, o aluno precisa ser orientado por meio de métodos, pesquisas e observações com objetivos definidos.

Como já pontuamos em outros tópicos, a obra “Didática”, do professor José Carlos Libâneo (2013) é um livro fundamental na formação e no aperfeiçoamento de professores de todos os níveis, além de uma principal referência para quem também pretende gabaritar a temática. O autor define aprendizagem como “um processo de assimilação de conhecimentos escolares por meio da atividade própria dos alunos” (LIBÂNEO, 2013, p.104).

Cumprir lembrar que a preocupação em como ensinar (quais métodos e técnicas utilizar) faz parte da didática, um dos principais ramos do estudo da Pedagogia.

PROCESSOS DIDÁTICOS BÁSICOS: ENSINO E APRENDIZAGEM

Para Libâneo (2013), é importante garantir a unidade didática entre ensino e aprendizagem. Sendo assim, o autor propõe que analisemos cada parte deste processo separadamente. Vejamos:

Processo — Ato Formativo

Ensino “tem como função principal assegurar o processo de transmissão e assimilação dos conteúdos do saber escolar, por meio desse processo, o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos” (LIBÂNEO, 2013, p. 80).

Aprendizagem “é a atividade do aluno de assimilação de conhecimentos e habilidades” (LIBÂNEO, 2013, p. 92).

Ainda, o autor distingue as aprendizagens em: casual ou organizada. Vejamos:

- **Aprendizagem casual:** É a aprendizagem espontânea que nasce naturalmente nas relações com o ambiente e as pessoas. Surge a partir da convivência social;
- **Aprendizagem organizada:** Aparece com uma finalidade específica. É aquela em que são determinados os conhecimentos, habilidades e, até mesmo, as regras sociais. Aqui, aparece a chamada aprendizagem escolar. (LIBÂNEO, 1990, p.82)

IMPORTANTE!

O autor enfatiza a **aprendizagem escolar** como uma atividade planejada, intencional e dirigida, não sendo, em hipótese alguma, casual ou espontânea. Com isso, pode-se pensar que o conhecimento se baseia em dados da realidade.

Diz-se que existem dois níveis de aprendizagem humana: o reflexo e o cognitivo. Há, pois, o estabelecimento de uma interligação nos momentos da assimilação ativa, implicando nas atividades mental e práticas.

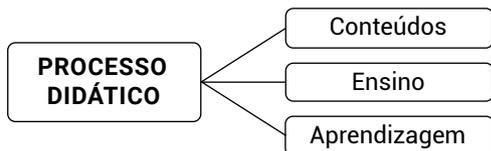
O ensino possui três funções inseparáveis:

- Organizar os conteúdos para transmissão, oferecendo ao aluno relação subjetiva com os mesmos;
- Ajudar os alunos nas suas possibilidades de aprender;

- Dirigir e controlar a atividade do professor para os objetivos da aprendizagem.

Estrutura, Componentes e Dinâmica do Processo de Ensino

A estrutura e os componentes explicam o processo didático como a ação recíproca entre três componentes:



O processo de ensino realizado é um sistema articulado, formado pelos objetivos, conteúdos, métodos e condições, sendo, como sempre, o docente o responsável por esta condução.

Aprendizagem, Conforme Piletti

Piletti (1998) destaca três tipos de aprendizagem:

MOTORA OU MOTRIZ	COGNITIVAS	AFETIVAS
<p>Simples habilidades motoras, como falar, escrever, andar de bicicleta etc.</p>	<p>Informações, conhecimentos simples e complexos</p>	<p>Sentimentos e emoções</p>

Para Piletti (1988), a aprendizagem ocorre em fases, sendo a observação de uma situação concreta, cuja primeira percepção é geral e difusa a primeira. A segunda é a da análise, que considera a diversidade dos elementos que integram o conjunto de circunstâncias em que o aprendiz está inserido. A terceira, a fase da síntese, é onde ocorrem as conclusões.

A relação do processo entre ensino e aprendizagem não pode ser mecânica. A relação deve ser mútua, na qual o professor deve direcionar a aprendizagem e os alunos devem colaborar com atividades, sendo recíproco o trabalho entre professores e alunos.

Lembre-se que o processo de ensino deve considerar as atitudes, conhecimentos, habilidades e capacidades cognoscitivas dos alunos.

CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM

O inatismo, empirismo e o interacionismo foram posições dominantes e que influenciaram a prática escolar na formação dos conhecimentos.

Inatismo: Teoria da aprendizagem que se refere à hereditariedade do sujeito e afirma que suas características são determinadas desde o seu nascimento. O precursor do Inatismo foi o filósofo grego Platão (427-347 a.C.). O método, nessa concepção de aprendizagem, é a dialógica ou dialética. O aluno é ativo e possui, naturalmente, o conhecimento; o papel do professor é o de facilitador — alguém que questiona, para despertar as ideias;

- **Empirismo:** Para essa abordagem teórica, o conhecimento ocorre através da experiência, isto é, o indivíduo aprende como consequência dos estímulos externos. A mente seria um “quadro em

branco” (tabula rasa). O aluno é visto como um ser ativo e que possui, naturalmente, o conhecimento e o papel do professor é o de facilitador. Seu precursor foi o filósofo inglês John Locke;

- **Interacionismo e Construtivismo:** Nesta abordagem, o aluno possui papel ativo. Há relação recíproca entre os fatores internos e os externos, ou seja, o sujeito aprende por meio da interação com o meio (a construção da inteligência dá-se a partir da interação do sujeito com o objeto). Essa interação provoca alterações significativas no sujeito e, ao mesmo tempo, transforma o meio e o conhecimento.

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO

A organização dos tempos e espaços escolares é o que estrutura o funcionamento da escola e orienta os estudantes perante uma rotina de atividades, além de auxiliar os professores e demais profissionais da educação no que mediam, aplicam e avaliam dentro do plano de ensino previamente pensado.

A forma na qual as instituições de ensino organizam seu tempo e espaço para melhor aproveitamento e valorização do desenvolvimento cognitivo e socio-cultural tem sofrido mudanças desde a implantação dos grupos escolares no fim do século XIX. A escola vem se tornando uma das principais instituições responsáveis pela formação e desenvolvimento das pessoas, depois da família e muitas vezes, da igreja. Segundo Pereira (2008):

[...] a família é considerada a instituição social básica a partir da qual todas as outras se desenvolvem, a mais antiga e com um carácter universal, pois aparece em todas as sociedades, embora as formas de vida familiar variem de sociedade para sociedade. A Organização das Nações Unidas (ONU), em 1984, refere a família como o elemento de base da sociedade e o meio natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros. (PEREIRA, 2008, p. 43)

Assim, a Constituição Federal (1988) atribui à família e ao Estado garantirem às crianças, entre outros direitos, o direito à educação, de modo que a escola e a família se relacionem em prol do seu desenvolvimento e da sociedade. De acordo com Piaget,

[...] ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades. (PIAGET, 2007, p. 50)

IMPORTANTE!

Canivez alerta que a escola é coabitada de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra (1991, p. 33).

TEMPO ESCOLAR

O modelo organizativo da instituição escolar, de repartição e de distribuição dos tempos e dos espaços, converte-se na representação dos modos de estruturação do ensino aprendizagem e da mediação dos saberes.